



Floresta Nacional de Caxiuanã: território potencial para a educação do campo, da floresta e das águas

Caxiuanã National Forest: potential for field education, of the Forest and the Waters

VIEIRA, Adriano¹; ANJOS, Cíntia Machado²; PORTILHO, Edilene Santos³

¹ UFRRJ, av.juerana@gmail.com; ² UFRRJ, anjocintiafly@gmail.com

; ³ UFRRJ, eu.portilho@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Biodiversidade e conhecimentos dos Agricultores, Povos e Comunidades Tradicionais

Resumo: O trabalho objetiva apresentar o contexto das escolas públicas existentes no interior e no entorno da Floresta Nacional de Caxiuanã como argumento para a implementação uma Educação do Campo, da Floresta e das Águas nesse território em que vivem povos tradicionais. A metodologia de pesquisa social consistiu de levantamento bibliográfico, de estudo de dados produzidos in loco e de análise de imagens. Os resultados apontam a necessidade de superar o projeto colonialista de Educação Rural, que excluiu e afastou os povos tradicionais da escolarização e ser a Escola do Campo, da Floresta e das Águas, o lugar de referência para a ampliação dos conhecimentos, dos saberes e dos direitos dos povos tradicionais. A mudança de uma matriz colonial (Educação Rural) para uma matriz político-pedagógica decolonial (Educação do Campo, da Floresta e das Águas) contribuirá diretamente para salvaguardar o território e seus povos, valorizar a riqueza da biodiversidade amazônica e dos saberes tradicionais.

Palavras-chave: educação decolonial; biodiversidade; amazônia; povos tradicionais.

Introdução

Esse trabalho objetiva apresentar o contexto das escolas públicas existentes no interior e no entorno da Floresta Nacional de Caxiuanã como argumento para a implementação uma Educação do Campo, da Floresta e das Águas nesse território em que vivem povos tradicionais. Apresenta-se a preocupação de gerar conhecimentos e práticas concernentes na defesa da Educação do campo, como proposta educativa que inclua os povos da floresta e das águas em ações que aumentem a renda e possibilite a essas comunidades sua permanência ao longo de tempo no território tradicional e protagonistas de um processo educativo que valorize sua cultura, modo de vida, realidades e necessidades.

No sentido de construir um espaço de relacionamento e de interlocução no processo de gestão compartilhada do território da Floresta Nacional (Flona) de Caxiuanã com o envolvimento dos povos tradicionais e do governo Federal, O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade de Breves (NGI ICMBio) órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação realizou uma parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Além dos espaços comunitários de organizações sociais como associações e de cooperativas, fez-se necessário eleger outros espaços de troca entre os dois segmentos citados. Inicialmente, a escola pública presente no interior e no entorno da Flona foi



evidenciada como espaço possível de gerar a interlocução e o relacionamento entre a comunidade local e o ICMBio.

É válido ressaltar que em âmbito nacional, as instituições governamentais responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação possuem a responsabilidade de gerar um bom relacionamento com as comunidades tradicionais que vivem há centenas de anos nesses territórios. Nesse sentido, a pesquisa se debruçou sobre um tema de impacto nacional e transnacional que permite aperfeiçoar a atuação do Estado nos territórios tradicionais e de conservação da natureza. Entender, portanto, nesse contexto a importância da Agroecologia e da Educação do Campo como matriz viva produtora de biodiversidade, de saberes, de relações mais harmônicas e de relacionamentos menos agressivos com a natureza.

A Floresta Nacional de Caxiuanã está localizada no estado do Pará, nos limites dos municípios Portel e Melgaço. De acordo com o Plano de manejo publicado pelo ICMBio Flona foi criada pelo Decreto nº194 de 22/11/61, sendo este modificado pelo Decreto nº239, de 28/11/61. Sua área aproximada é de 200.000 ha.

O objetivo definido inicialmente foi promover o manejo florestal. Posteriormente com o Código Florestal de 1965, instituído pela Lei nº 4.771 de 15/09/1965, seu objetivo foi ampliado passando a ter finalidade econômica, técnica e social. Em 1994, com a aprovação do Regulamento de Florestas Nacionais (Decreto nº 1298 de 27/10/1994) seus objetivos foram novamente redefinidos e foi assegurada a necessidade de promover o manejo dos recursos naturais, garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas e dos sítios históricos e arqueológicos, bem como fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas básicas e aplicadas, a educação ambiental, e as atividades de recreação, lazer e turismo (ICMBIO, 2012).

Os povos tradicionais que há centenas de anos vivem nesse território podem ser definidos como povos da floresta e ribeirinhos, seu modo de vida é baseado nas atividades de extrativismo vegetal e animal (pesca e caça) e agricultura familiar. Esses povos estão localizados em pequenas vilas ou suas casas estão distribuídas ao longo dos rios.

O município de Melgaço apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Esse quadro de dificuldade se expressa também na escolarização, como é o caso do índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Essa questão social em conjunto com os conflitos ambientais, se tornam decisivas e afetam diretamente o bem viver desses povos. De um lado essas Unidades de Conservação possuem imensurável valor ambiental, social e cultural, por outro lado convivem com a exploração ilegal de seus bens naturais como as madeiras, os minerais, as espécies animais e vegetais entre outros de interesses diversos.

As pressões do mercado ilegal, que em muitos casos se expressa com violências são recorrentes e afetam tanto o ambiente como os povos que em geral não acessam políticas públicas específicas voltadas para os serviços básicos de



educação e saúde. Na busca de atender aos desafios impostos a partir da Constituição brasileira, em que: todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações o ICMBio e a UFRRJ elaboraram uma proposta que busca construir um elo entre as políticas públicas e os povos tradicionais desses territórios. Pois em uma sociedade caracterizada pela lógica capitalista, as áreas vastas e ricas de biodiversidade são alvo de conflitos ambientais. Para que isso seja barrado é importante que todo o processo de gestão seja realizado de forma compartilhada com as comunidades tradicionais presentes (CANTO et al., 2020).

Metodologia

A metodologia dessa pesquisa social, de caráter longitudinal e qualitativo, enfatiza os dados visuais (BANKS, 2009) primários produzidos durante os estudos de campo e os dados secundários publicados em sites de instituições governamentais.

A primeira fase da pesquisa foi levantar e estudar os temas concernentes como: educação do campo, das águas e das florestas; educação inclusiva; políticas públicas; povos tradicionais; interculturalidade. Posteriormente, ocorreu a elaboração de instrumentos necessários para conhecer as escolas públicas que estão dentro dos limites das Unidades de Conservação (UC's) e em seu entorno. Foi elaborado um questionário semi-estruturado, o qual foi testado e revisado antes de ser levado a campo. Na segunda fase aconteceu uma formação presencial com a equipe de campo, nesse momento foi discutido sobre comportamentos adequados, discutido sobre os aspectos legais para visitantes nas áreas, técnicas para aplicação do questionário, procedimentos para fazer os registros fotográficos e os georreferenciados, entre outras questões.

A terceira fase da pesquisa consistiu em reuniões com as secretarias municipais dos municípios para explicar o projeto, pedir permissão oficialmente para adentrar no espaço da escola e nessa fase foram realizadas visitas (FLONA) de Caxiuana e em seu entorno, onde foram visitadas 12 escolas, em um período de sete dias. Diariamente foi realizado o acompanhamento e a avaliação das ações. Em cada escola buscou-se dar informações a partir do consentimento dos diretores, coordenadores, professores, professoras, a quem foi explicado sobre o questionário e os objetivos da pesquisa. Ao final dessa fase foi realizada uma avaliação com a equipe, onde foram discutidas todas as ações relativas à pesquisa.

A quarta fase da pesquisa consistiu em catalogar, estudar, analisar os dados produzidos. Essa catalogação se fez a partir de tabelas, gráficos e transcrições para gerar discussão e resultados. Nessa fase foi discutida, analisada e avaliada sobre quais as ações são necessárias e que são possíveis de serem realizadas dentro daquilo que as comunidades e em especial cada escola apontou.



Resultados e Discussão

De acordo com a tabela 1, as escolas compreendidas neste estudo oferecem Educação Infantil de 4 a 6 anos (EI); Ensino Fundamental (EF) primeiro seguimento (1º ao 5º ano) e segundo seguimento (6º ao 9º ano); Educação de Jovens, Adultos e Idosos, séries iniciais (EJAI) e Ensino Médio (EM), organizadas em turmas multiano (antiga multisseriada). Das 12 escolas listadas, apenas 4 oferecem EI, apenas seis oferecem EJAI, todas oferecem EF (do 1º ao 5º ano), duas não oferecem EF (do 6º ao 9º ano) e apenas uma oferece EM.

Tabela 01: Modalidade de ensino ofertado por escola, número de estudantes Matriculados/escolas:

Situação das escolas							
Escola	EI	1º ao 5ª	6º ao 8º	EJAI	Médio	Total	
E1	Chico Mendes - Anexo 1	16	19			35	
E2	Chico Mendes Anexo 2	11	17	20		48	
E3	Fazenda Laranjal (Pedreira)	4	9	15		28	
E4	Anjo da Guarda						
E5	São Jorge	16		18		34	
E6	Santo Antônio	53	22			120	
E7	Nossa Senhora da Conceição	25	86	80	37	228	
E8	Estefânia Monteiro	10	15	73		180	
E9	São Sebastião Caxiuanã		25	20		45	
E10	São Sebastião do Maneco		18	35	29	82	
E11	São Benedito		19	18	16	53	
E12	Fazenda Laranjal (Laranjal)		11			11	
Total		39	279	299	128	37	864

Legenda: vermelho: não oferecem Amarelo: ausência de dados.

A merenda escolar é disponibilizada pelas Secretarias Municipais de seus respectivos municípios, todas declararam recebê-la e a entrega é feita pelo diretor da escola na primeira semana do mês. As escolas E5 e E6 atendidas pela prefeitura do município de Portel também recebem alimentos de produtores locais (Tabela 02). O tempo de duração da merenda escolar varia entre 5 a 30 dias, apenas quatro escolas disseram que a merenda é suficiente para 30 dias, no entanto as mesmas também abrem uma observação “supõe-se que a merenda seja suficiente porque há muitos casos de evasão, se todos os matriculados fossem (à escola), se todos os estudantes fossem assíduos, a merenda seria insuficiente”. Em onze das escolas a merenda é servida para todas as turmas, com exceção da escola E4 que servem apenas para os estudantes do 1º ao 5º ano, e mesmo assim a merenda dura apenas duas semanas. Quatro das escolas disseram necessitar de freezer para armazenar alimentos de origem animal (E1, E2, E3, E4), apenas as escolas E5 e E7 disseram possuir freezer, as demais não obteve resposta.



Tabela 02: Produtos oferecidos pelas Secretarias Municipais de Educação de Portel e Melgaço e produtos adquiridos de produtores locais.

Secretaria Municipal de Educação (SEMED)	Produtores Locais
Arroz, feijão, carne, frango, almondega, sardinha, margarina, suco artificial, biscoito, sopa, charque, leite em pó, óleo, sal, açúcar, legumes e verduras.	Beju chica, bolo de macaxeira, bolo de crueira, bolo de abóbora, tapiquinha, mingau de crueira, banana com castanha, suco de frutas da produção local.

A água utilizada por nove das escolas é de poços artesanais, não passa por nenhum tipo de tratamento antes de serem consumidas, duas (E7 e E9) captam água do rio, segundo os entrevistados da escola E7 o tratamento é feito por meio da adição de 3 gotas de hipoclorito de sódio por litro de água e também usam filtro. A escola E9 não possui água encanada “a merendeira tem um carote (garrafa) que busca água no rio para consumo dos estudantes” e também adicionam hipoclorito de sódio e na escola E12 a água vem de poço comum e não possui água encanada, pegam nas casas de moradores da comunidade.

Tabela 03: Situação atual das escolas com relação a infraestrutura da escola.

Descrição	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12
Madeira	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	SP						
Alvenaria	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	SP
Área (m ²)	30	30	32	80	170	S	350	351	88	80	N/S	72
Salas*	1	1	2	2	1	1	5	5	S	S	S	1
banheiro	1	1	1	1	3	1	2	2	Não	1	1	Não
Fossa	1	1	1	1	1	1	S	S	Não	S	N/S	Não
Cozinha	S	S	S	1	S	S	S	S	Sim	S	Sim	S
Lazer	Não	Sim	Não	Não								

SP: Sem prédio próprio, NS: Não souberam responder, S: sem resposta, *Salas de aula.

A estrutura de 6 escolas é de madeira. 04 escolas são mistas (parte de madeira com parte de alvenaria, o banheiro). A escola E6 é toda de alvenaria e a escola E12 não possui um prédio próprio, funciona há 5 anos na igreja, por um ano usou a casa de morador e por três anos usou a própria casa da professora. Duas das escolas não possuem banheiros e os estudantes “usam a mata” (E9), ou como um entrevistado (a) disse, “Fazem a céu aberto” (E12). Um quantitativo de 07 escolas dispõe de apenas um banheiro com fossa aberta.

Segundo os entrevistados as escolas não recebem nenhum recurso financeiro orçamentário direto das suas respectivas secretarias de educação, quando recebem é na forma de materiais didáticos que disserem ser insuficientes, ou os professores (as) declararam adquirir materiais didáticos com recurso próprios (E4 e E10). As que disseram ter recebido em anos anteriores recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foram: E7 que recebeu um total de 8.000 a 10.000 reais que usou



para aquisição de freezer, motobomba, bebedouro, impressora etc. A escola E6 disse não receber há mais de 3 anos, todavia há “previsão” de entrada de 13.000 reais para aquisição de materiais didáticos. E5 disse ter recebido aproximadamente 4.000 reais para compra de materiais didáticos, caixa d’água, freezer, impressora. E10 recebeu e não sabe dos gastos. E2 recebeu e construiu um banheiro.

Conclusões

A situação de extrema precariedade das escolas da Flona de Caxiuanã, revela a histórica defasagem da escolarização nos territórios tradicionais, que se reflete na desigualdade do direito à educação escolar.

O principal desafio apresentado na pesquisa consistiu em gerar uma metodologia de diálogo adequada à realidade das comunidades, uma vez que as escolas se apresentam na maioria dos casos sem estruturas básicas para efetuar as atividades mais básicas relacionadas à escolarização. A necessidade urgente de ser efetivada a educação do campo, das florestas e das águas, com a finalidade de garantir essa política pública básica, em todos os níveis e modalidades é urgente. O asseguramento do acesso à escola de qualidade deve ser o início da garantia dos direitos, a partir daí se amplia a implementação de outras políticas públicas aos povos tradicionais que visem a permanência no território.

Referências bibliográficas

BANKS, Marcus. **Dados visuais para a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CANTO, Otávio do et al. **Conflitos socioambientais e limites da gestão compartilhada em Unidade de Conservação na zona costeira amazônica**. Redes (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 1528-1552, out. 2020. ISSN 1982- 6745doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15239>.

PORTILHO, Edilene Santos. **Poitas no banheiro: um estudo sobre a permanência dos mais novos no lago da hidrelétrica de Tucuruí**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação UFF. 2015.

ICMBIO. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Caxiuanã, Volume I-Diagnostico**. Brasília: ICMBIO, 2012.